

RESPONSÁVEIS POR  
PROJETO FINANCIADO  
PELO FUNDO  
INTERNACIONAL  
PARA A DIVERSIDADE  
CULTURAL CONTAM  
SUAS IMPRESSÕES SOBRE  
A 13ª SESSÃO DO COMITÊ  
INTERGOVERNAMENTAL  
DA CONVENÇÃO DA  
DIVERSIDADE CULTURAL

**[ENTREVISTA]**

**Giselle Dupin**

*Observatório da Diversidade Cultural*

**[ RESUMO ABSTRACT RESUMEN ]**

**Pesquisadores que formam um coletivo dedicado à pesquisa e formação no campo cultural e integram um grupo de estudos em cultura no Núcleo de Desenvolvimento do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, em São Paulo, falam nesta entrevista sobre o projeto “Fortalecendo Redes Culturais”, que desenvolveram em 2018 e 2019 com recursos do Fundo Internacional para a Diversidade Cultural da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, com o objetivo de fortalecer as redes e a interlocução entre atores da sociedade civil e governos locais, de modo a reforçar cadeias de produção cultural. Eles apresentaram os resultados do trabalho ao Comitê Intergovernamental da Convenção da Diversidade Cultural, reunido em Paris em fevereiro de 2020, e comentam os principais temas abordados no encontro.**

**Palavras-chave:** Redes culturais. Produção cultural. Convenção da Diversidade Cultural. Cebrap. Unesco.

**Researchers who form a collective dedicated to research and training in the cultural field and who are part of a cultural study group at the Development Center of the Brazilian Center of Analysis and Planning, in São Paulo, talk in this interview about the “Strengthening Cultural Networks” project, which they developed in 2018 and 2019 with resources from UNESCO’s International Fund for Cultural Diversity aiming at strengthening networks and discussions between civil society actors and local governments to strengthen cultural production chains. They presented the results of their work to the Intergovernmental Committee of the Convention on Cultural Diversity, which met in Paris in February 2020, and commented on the main themes addressed at the meeting.**

**Keywords:** Cultural Networks. Cultural Production. Convention on Cultural Diversity. CEBRAP. UNESCO.

En esta entrevista los investigadores que integran un colectivo dedicado a la investigación y formación en el ámbito cultural, y un grupo de estudio cultural en el Centro de Desarrollo del Centro Brasileño de Análisis de Planificación, en São Paulo, hablan del proyecto “Fortalecendo Redes Culturais” (“Fortalecimiento de las redes culturales”), que habían desarrollado en 2018 y 2019 con recursos del Fondo Internacional para la Diversidad Cultural de la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura, con el fin de fortalecer las redes y la interlocución entre los actores de la sociedad civil y los gobiernos locales, de modo que se impulsan las cadenas productivas culturales. Además, presentan los resultados de su trabajo al Comité Intergubernamental de la Convención sobre la Diversidad Cultural, que tuvo lugar en París en febrero de 2020, y comentan los principales temas tratados en la reunión.

**Palabras clave:** Redes culturales. Producción cultural. Convención sobre la Diversidad Cultural. Cebrap. Unesco.

Os pesquisadores Ana Paula do Val, Danilo Júnior de Oliveira e Maria Carolina Vasconcelos Oliveira formam um coletivo dedicado à pesquisa e formação no campo cultural e integram um grupo de estudos em cultura<sup>1</sup> no Núcleo de Desenvolvimento do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), em São Paulo (SP). É por meio desse trabalho que eles desenvolveram o projeto “Fortalecendo Redes Culturais”,

financiado pelo Fundo Internacional para a Diversidade Cultural (FIDC). Em fevereiro de 2020, eles participaram da reunião do Comitê Intergovernamental da Convenção da Diversidade Cultural da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) para apresentar os resultados do trabalho. Nesta entrevista, eles contam a Giselle Dupin suas impressões.



Ana Paula do Val, Maria Carolina Vasconcelos Oliveira e Danilo Júnior de Oliveira

## Quais foram os temas mais importantes discutidos na reunião do Comitê, e por quê?

**Ana Paula, Maria Carolina e Danilo:** Pelo que pudemos acompanhar, participando da sessão e realizando uma comparação com os documentos resultantes da 12ª sessão, bem como de algumas anteriores, destacamos os seguintes temas como alguns dos mais proeminentes da 13ª sessão:

1. A implementação da Convenção no ambiente digital, algo que remonta à 5ª Conferência das Partes, realizada em 2015, quando os Estados-membros identificaram a necessidade de promover uma atualização da Convenção para a era digital. Entre as questões discutidas naquele momento, estavam a adoção de políticas

<sup>1</sup> Mais informações sobre os pesquisadores disponíveis em: <https://cebrap.org.br/pesquisas/fortalecendo-redes-culturais/>.

nacionais para apoio à produção e à circulação de bens e serviços culturais no meio digital; a implementação de mecanismos de cooperação internacional para promover a diversidade de bens e serviços culturais no meio digital; o apoio técnico à introdução e implementação de políticas para fomentar produção e distribuição de conteúdo cultural digital em países em desenvolvimento; e a construção de infraestrutura para facilitar o acesso amplo a conteúdos culturais digitais para todos os indivíduos. Na 13ª sessão do Comitê do FIDC, foi apresentada uma relação de exemplos de boas práticas em ambientes digitais implementadas nos países-membros, especialmente aquelas que envolvem múltiplos atores, como o Estado e a sociedade civil, e como integrá-los em uma plataforma de monitoramento. Por fim, foi decidido que os países-membros devem dar continuidade ao inventário de boas práticas em ambiente digital.

2. Tratamento preferencial e remoção de barreiras de mobilidade para artistas e profissionais da cultura. O artigo 16 da Convenção prevê tratamento preferencial para profissionais e conteúdos produzidos em países em desenvolvimento, criando um compromisso dos países desenvolvidos de favorecerem os países em desenvolvimento. Durante a reunião, foi mencionado o Programa Unesco-Ascheberg de mobilidade para artistas e profissionais da cultura como um grande feito nesse sentido, e foi reforçada a necessidade de continuar mapeando boas práticas, principalmente relacionadas a acordos de cooperação internacional.

3. Sinergias em relação à Recomendação sobre o Estatuto do Artista, de 1980. Foi mencionada a necessidade de seguir coletando e partilhando boas práticas – inclusive

nos relatórios quadrienais que os países signatários da Convenção devem enviar à Unesco – e ressaltada a importância de a Convenção fortalecer e buscar sinergias com a Recomendação de 1980.

4. Apresentação das conclusões do 2º Fórum da Sociedade Civil. Desde que o fórum foi criado, em 2015, a sociedade civil, por meio de associações e organizações, dentre as quais é marcante a presença de associações profissionais de determinados campos artísticos, participa e intervém de maneira mais organizada dos debates realizados durante as sessões do Comitê. Uma das reivindicações da sociedade civil é a garantia de apoio financeiro e logístico para possibilitar a participação dessas associações ou de alguns de seus representantes nos encontros relacionados à Convenção, bem como um aprimoramento nos mecanismos de participação da sociedade civil na implementação da Convenção.

### **Descrevam o projeto que vocês apresentaram na reunião e qual é a importância do financiamento pelo FIDC para sua realização.**

---

#### **Ana Paula, Maria Carolina e Danilo:**

O projeto “Fortalecendo Redes Culturais” foi desenvolvido pelo Cebrap, com participação de nós três, além de Luísa Adib Dino e Daniela Costanzo. O projeto aconteceu entre abril de 2018 e agosto de 2019, com atividades desenvolvidas em quatro cidades brasileiras: Embu das Artes, em São Paulo (Região Sudeste); Toledo, no Paraná (Região Sul); Macapá, no Amapá

(Região Norte); e Serra Talhada, em Pernambuco (Região Nordeste). O objetivo mais amplo era o fortalecimento das redes e da interlocução entre atores da sociedade civil e dos governos locais, de modo a fortalecer cadeias de produção cultural no nível micro. Em um nível mais geral, o projeto está ancorado na diretriz de participação social na formulação e implementação de políticas culturais, que fundamenta tanto as ações da própria Unesco como também o Plano Nacional de Cultura (PNC) e o Sistema Nacional de Cultura (SNC) brasileiros. Outro objetivo foi qualificar nossa atuação no território e levantar informações para a atuação dos gestores públicos e movimentos sociais em nível local, por meio de um mapeamento de agentes culturais locais que sustentou um diagnóstico dos contextos de produção. De forma mais específica, foram desenvolvidos dois conjuntos de ações em cada cidade. Primeiro, um programa de formação, com conteúdos relacionados a desenvolvimento cultural e políticas culturais, pensados tanto para ampliar repertórios críticos e reflexivos quanto para desenvolver competências mais relacionadas à prática. Além disso, uma formação em mapeamentos culturais, que preparou os participantes para a realização do mapeamento de atores e grupos culturais, articulado a uma pesquisa de diagnóstico das cadeias de produção cultural locais. Essa etapa teve a forma de duas oficinas intensivas, que totalizaram mais de 50 horas de encontros em cada cidade. O segundo conjunto de atividades consistia no mapeamento em si, desenvolvido pelo Cebrap em parceria com cinco agentes culturais locais selecionados – nomeados multiplicadores locais –, que passaram pelo programa de

formação, seguido da análise das informações coletadas e da elaboração de um relatório para os gestores públicos locais.

Um dos critérios para a escolha das cidades foi a presença do espaço Centro de Artes e Esportes Unificados (CEU), também conhecido como Praça CEU, que sediou diversas atividades e representou uma centralidade também no que diz respeito à articulação entre agentes públicos e da sociedade civil. Quando começamos a formular o projeto, ainda antes do golpe de 2016, a ideia era fortalecer uma política que consideramos peculiar, pois ela é, ao mesmo tempo, planejada de forma centralizada no nível federal, mas cuja implementação depende muito dos contextos e condições locais dos municípios. Com isso, buscávamos também estimular a interlocução das Praças CEU com as comunidades culturais em que estão inseridas, normalmente comunidades periféricas, de forma a fortalecer uma diretriz prevista pelo próprio programa e reforçar as prerrogativas de descentralização e enraizamento nos contextos locais.

O projeto apresentou uma série de resultados. O primeiro foi uma taxa de participação satisfatória nas atividades de formação e troca de conhecimento: foram, ao todo, 291 participantes, o que nos parece bastante quando consideramos que os programas tinham duração relativamente longa. Isso permitiu ampliar os processos críticos e reflexivos, assim como suas práticas no campo cultural. O segundo resultado consiste nos próprios mapeamentos que foram realizados em cada um dos quatro municípios, que resultaram em um diagnóstico comparativo das cadeias produtivas locais de cultura, envolvendo 690 agentes e 206 grupos, totalizando

896 práticas artísticas e culturais mapeadas. O diagnóstico foi conduzido a partir de um questionário elaborado pela equipe do Cebrap e aplicado por agentes selecionados em cada município. As questões buscaram compreender como cada agente ou grupo se organiza em seus territórios para produzir, difundir e sobreviver de seus trabalhos de arte e cultura. Assim, foi necessário indagá-los a respeito de suas atividades principais na cultura; suas condições de trabalho e produção; financiamento e viabilização da produção e suas principais dificuldades, dentre outros aspectos. O exercício da coleta de dados para o mapeamento também foi, em si, um processo que gerou resultados, já que possibilitou a articulação local e a formação de redes entre os agentes culturais locais e um aumento de seu protagonismo, especialmente dos multiplicadores.

Dentre outras reverberações positivas que valem ser destacadas, está sem dúvida o estímulo ao diálogo entre atores do poder público e da sociedade civil na formulação e implementação de políticas na área da cultura. Esse conjunto de resultados é especialmente importante para as administrações públicas do nível municipal, em que, de um lado, existe a possibilidade de maior proximidade e envolvimento entre os atores e, de outro, as disputas e os desgastes políticos também podem ser mais intensos. Em diferentes níveis e formatos, as relações entre os representantes do poder público e dos agentes culturais da sociedade civil foram aproximadas. Em algumas cidades, como Toledo e Embu das Artes, os participantes das ações do projeto chegaram a estabelecer arranjos mais estruturados para organizar uma atuação coletiva nas pautas relativas às políticas culturais do município (Toledo) ou para

produzir ações culturais no âmbito da própria sociedade civil (Embu das Artes).

Ainda que o objetivo central do projeto fosse fortalecer e ampliar conhecimentos e competências dos atores e redes da sociedade civil, a mobilização em torno das políticas culturais e da participação social depende, em grande medida, de processos que ocorrem no âmbito da gestão pública – principalmente das secretarias e fundações culturais municipais. Nas cidades em que houve maior engajamento e/ou maior abertura dos atores públicos para a interlocução com a sociedade civil no âmbito das atividades do projeto, os resultados foram claramente mais impactantes e consistentes.

Por fim, os desdobramentos positivos relacionados a esses temas tendem a continuar ocorrendo de forma mais difusa e espalhada no tempo – os participantes das oficinas e multiplicadores locais seguem sua trajetória de atuação cultural, política e social, levando conhecimentos, reflexões e competências partilhados na experiência vivenciada, além de novas interlocuções e possibilidades de associação.

É importante mencionarmos, ainda, que o financiamento pelo FIDC, o apoio institucional e estrutural do Cebrap – onde nos organizamos num grupo de estudos sobre cultura dentro do Núcleo de Desenvolvimento –, bem como a interlocução com a equipe gestora das Praças CEU do antigo Ministério da Cultura e as prefeituras locais foram essenciais para que o projeto acontecesse. O FIDC financiou a elaboração de todos os conteúdos das ações formativas, bem como as despesas de campo e as atividades de coordenação e análise de informações coletadas em campo. Financiou

também uma bolsa paga aos multiplicadores locais pelas atividades práticas de coleta de dados, uma etapa do processo de formação. Algumas prefeituras locais ofereceram apoio de transporte e logística para as atividades formativas e a coleta de dados do mapeamento, e os gestores das Praças CEU ofereceram sua infraestrutura para a realização de todas as atividades formativas e muitas das reuniões de trabalho.

Um ponto que pode ser visto como uma limitação às possibilidades de alcance do FIDC talvez seja o de que é extremamente necessário ter, além da equipe diretamente envolvida no projeto, uma estrutura com capacidade de realização de uma prestação de contas bastante complexa, e mesmo de adiantamento de recursos para financiar atividades entre os pagamentos de parcelas, bem como canais de interlocução com outras instituições. A dificuldade envolvida na elaboração do projeto exigido pelo FIDC também tende a limitar o surgimento de propostas por instituições menos experientes ou menos formalizadas. No entanto, desenhamos o projeto de forma a tentar fazer que seus benefícios transbordassem para os agentes culturais locais – tanto os recursos, na forma de distribuição de bolsas, como as capacidades e habilidades desenvolvidas, na forma de conteúdos relacionados à gestão de projetos, por exemplo –, e mais ainda para aqueles que são menos institucionalizados e que estão fora do circuito mais estabelecido das artes e da cultura de suas cidades – por isso a opção por centrar as atividades do projeto, tanto de formação como de mapeamento, em regiões periféricas, e a opção pela interlocução com o programa Praça CEU.

## Como foi a receptividade ao projeto por parte da Secretaria da Unesco e dos demais participantes da reunião?

---

**Ana Paula, Maria Carolina e Danilo:**

Acreditamos que a receptividade foi boa, pois tivemos todos os nossos relatórios e produtos aprovados com comentários elogiosos e, ao fim do projeto, fomos convidados a apresentá-lo presencialmente na reunião do Comitê Intergovernamental da Convenção, em fevereiro de 2020. O evento ocorreu na sede da Unesco, em Paris, e participamos de uma mesa integrante de um painel chamado *Create 2030*. Nessa ocasião foram expostos seis projetos financiados pelo FIDC em diferentes edições, selecionados por seus bons resultados. Por conta disso é que pudemos acompanhar toda a discussão que ocorreu nessa reunião. Um dos retornos positivos que tivemos foi o de que nosso projeto consiste em um bom exemplo de esforço de aproximação entre sociedade civil e gestão pública.

## O FIDC vai financiar novos projetos?

---

**Ana Paula, Maria Carolina e Danilo:**

É importante ressaltar que o FIDC é uma das ferramentas para a implementação da Convenção de 2005 sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais. Sendo estabelecido nos termos do artigo 18 da Convenção, é um mecanismo

importante de fortalecimento de ações/projetos, pois estimula a cooperação internacional com os objetivos de promover o desenvolvimento sustentável, a redução da pobreza e o surgimento/fortalecimento de setores culturais nos países em desenvolvimento.

Desde que o FIDC foi operacionalizado, em 2010, foram realizadas nove edições de seleção de projetos, resultando no financiamento para 105 projetos em 54 países em desenvolvimento e menos desenvolvidos, totalizando mais de US\$ 6,9 milhões. Uma média de 11 projetos são financiados a cada edição, o que é um número muito baixo, a nosso ver, diante da demanda que existe para o estímulo do setor e a dimensão territorial que a Convenção de 2005 abrange.

### **Vocês participaram dos eventos paralelos à reunião? Quais foram e que debates suscitaram?**

---

#### **Ana Paula, Maria Carolina e Danilo:**

Sim, participamos de alguns encontros das Organizações da Sociedade Civil (OSC), ligadas ao Fórum da Sociedade Civil, que ocorreram nos mesmos dias da 13ª reunião do Comitê Intergovernamental, no período da manhã. Notamos que, por meio do Fórum, a sociedade civil tem um mecanismo participativo estruturado para atuar nos órgãos diretores da Convenção (2005) – Comitê Intergovernamental e Conferência das Partes – e que, potencialmente, isso pode permitir uma intervenção dessas organizações nos debates e decisões tomadas no âmbito da Unesco. Percebemos, ao menos nessa última reunião

do Comitê, um predomínio da presença de organizações da sociedade civil ligadas a profissionais de linguagens artísticas historicamente mais reconhecidas/consolidadas.

Em uma das pautas da reunião do Comitê, foi apresentado um documento com as conclusões da segunda edição do Fórum da Sociedade Civil, realizada em junho de 2019, com a participação de aproximadamente 60 Organizações da Sociedade Civil. Um dos pontos mais destacados no documento foi a necessidade de que seja garantida a sustentabilidade das OSC, sobretudo no tocante a seu financiamento. Nesse sentido, o documento apresentou convidou os participantes do Comitê a “examinar maneiras que permitiriam as Partes [da Convenção] apoiar a sustentabilidade das atividades das OSC e a participação de seus representantes nas reuniões estatutárias da Convenção e estabelecer mecanismos que criem um ambiente propício para a participação da sociedade civil na implementação da Convenção”.

Mas, além disso, a segunda edição do Fórum da Sociedade Civil também debateu questões relativas à promoção da diversidade cultural nos meios de comunicação na era digital; superação das barreiras existentes à mobilidade de artistas; desenvolvimento de políticas culturais e de desenvolvimento sustentável; fortalecimento da cooperação internacional da Convenção e mecanismos de assistência em parceria com as OSC.

Participamos, ainda, de uma reunião de trabalho entre a Mesa coordenadora do Comitê e os representantes das OSC, ocorrida antes da abertura oficial da reunião do Comitê, em que o presidente e o secretário-geral puderam dialogar diretamente com os representantes das organizações presentes.

**[ GISELLE DUPIN ]**

Mestre em Gestão de Instituições Culturais pela Université Paris Dauphine. Especializada em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). É membro do Observatório da Diversidade Cultural. Integra um banco de especialistas da Unesco sobre indicadores culturais e atua como ponto de contato da organização no Brasil para a Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade Cultural. E-mail: [giselledupin@gmail.com](mailto:giselledupin@gmail.com)